

Umoë Bioenergy S.A.

CNPJ 03.445.208/0004-55

Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de março de 2023 (Em milhares de reais)				
	Balanco patrimonial 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)		Demonstração do resultado	
	Nota	2023	2022	Nota
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	59.040	33.545	
Contas a receber - cooperativa	6	42.653	19.451	
Contas a receber de clientes	6	1.780	1.444	
Estoque e adiantamento a fornecedores	7	45.198	73.105	
Ativos biológicos	10	119.723	93.447	
Tributos a recuperar	8	17.560	7.161	
Outros ativos	11	3.153	3.121	
Não circulante				
Tributos a recuperar	8	559	467	
Depósitos judiciais	21	4.100	2.660	
Outros ativos	11	5.068	5.108	
		9.727	8.235	
Investimentos	9	22.755	14.255	
Imobilizado	12	521.360	475.417	
Direito de uso de ativos	13	537.171	468.835	
Total do ativo		1.380.130	1.198.016	
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	15	43.453	53.400	
Emprestimos e financiamentos	15	118.698	31.468	
Arrendamentos e parcerias agrícolas	13	80.663	89.911	
Adiantamentos de contratos	18	25.135	-	
Partes relacionadas	20	11.502	9.781	
Salários e encargos sociais	19	13.869	15.593	
Tributos a recolher	17	10.292	14.212	
Outros passivos	3	3.575	3.764	
Não circulante				
Fornecedores	15	655	2.546	
Emprestimos e financiamentos	16	101.088	78.606	
Arrendamentos e parcerias agrícolas	13	424.188	351.664	
Adiantamentos de contratos	18	22.244	-	
Partes relacionadas	20	141.720	157.865	
Salários e encargos sociais	19	1.229	4.843	
Tributos a recolher	17	9.493	29.321	
Provisão para contingências	21	28.967	25.003	
Outros passivos	3	102	91	
Total do passivo		931.121	868.066	
Patrimônio líquido				
Capital social	21	251.036	251.036	
Reserva legal		11.465	5.012	
Reserva de lucros		186.508	73.902	
Total do passivo e patrimônio líquido		1.380.130	1.198.016	

Demonstrações dos fluxos de caixa		
	31/03/2023	31/03/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Fluxo antes do IR e da contribuição social	116.184	110.995
Ajustes		
Provisão reversão	30.144	31.742
Amortização planta portadora	70.860	65.390
Amortização gastos de entressafra	46.642	40.357
Colheita de cana-de-açúcar	81.526	111.203
Amortização de direito de uso	102.109	83.851
Variação no valor justo do ativo biológico	(2.163)	(16.570)
Juros e variações sobre partes relacionadas	7.282	(6.232)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	7.201	13.758
Juros sobre adiantamentos de contratos	7.202	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	12.032	(11.172)
Ajuste a valor presente	5.110	3.878
Provisão (reversão) para perdas em adiantamentos	(7.718)	(6.655)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	3.963	1.926
Provisão para perdas de créditos esperadas	(5)	(61)
Resultado na alienação de imobilizado	(29.891)	237
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(31.426)	16.261
Estoque e adiantamentos a fornecedores	30.582	(25.278)
Tributos a recuperar	(10.491)	(5.834)
Depósitos judiciais	(1.440)	(543)
Outros ativos	8	364
Fornecedores	(11.838)	935
Salários e encargos sociais	(5.338)	(5.694)
Tributos a recolher	(10.875)	(6.865)
Outros passivos	(178)	85
Dividendos recebidos	7.883	972
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(12.078)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(15.297)	(14.433)
Juros pagos - partes relacionadas	(20.191)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	381.763	370.196
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(27.951)	(24.944)
Aquisições bens ativo imobilizado (planta portadora)	(120.202)	(80.309)
Aumento de investimento em coligada	(8.500)	(6.349)
Adições ao ativo biológico (tratos culturais)	(105.639)	(76.877)
Adições de gastos com manutenções de entressafra	(49.503)	(40.659)
Recebimento pela venda de bens do ativo imobilizado	33.958	1.151
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(277.873)	(227.987)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de arrendamentos	(107.219)	(87.229)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
- Partes relacionadas	(1.513)	-
Amortização empréstimos/financiamentos - Bancos	(21.600)	(48.294)
Amortização empréstimos/financiamentos - Cooperativa	(30.000)	(93.283)
Captações de empréstimos/financiamentos - Bancos	21.784	11.618
Captações empréstimos/financiamentos - Cooperativa	30.000	87.768
Adiantamentos de contratos	40.177	-
Dividendos pagos aos acionistas	(10.000)	(12.498)
Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas	-	(8.825)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamentos	(78.431)	(155.784)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício (Nota 5)	25.495	(13.575)
Caixa e equivalentes de caixa - final do exercício (Nota 5)	33.545	47.120
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício (Nota 5)	59.040	33.545

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
1. Contexto operacional - A UMOE BIOENERGY S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Sandovalva, Estado de São Paulo. Tendo como sua controladora UBE GRUPPEN AS, a Companhia tem por objeto social (i) a industrialização de açúcar, biodiesel, álcool e outros derivados de cana-de-açúcar para comercialização no Brasil e no exterior, por meio de importação e exportação; (ii) a exploração de lavouras canavieiras em terras próprias ou de terceiros; (iii) a exploração de atividades agropecuárias em geral; (iv) a realização de operações portuárias; (v) a geração de eletricidade a partir de qualquer fonte criada ou resultante da cana-de-açúcar ou outros produtos agrícolas; e (vi) a prestação de serviços de consultoria em engenharia, em logística e as atividades agrícolas ou pecuárias de terceiros. A cana-de-açúcar utilizada no processo é colhida em terras próprias, arrendadas e de parceria da região oeste do Estado de São Paulo. A Companhia possui sua unidade industrial localizada no município de Sandovalva - SP na região do Paranapanema. A capacidade instalada de moagem é de 2.600 toneladas de cana/ano. Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia - A Covid-19 impactou significativamente a economia mundial a partir de 2020 e pode continuar impactando nos próximos anos. Muitos países impuseram proibições de viagens a milhões de pessoas e, além disso, pessoas em muitos locais estão sujeitas a medidas de quarentena. As empresas estão lidando com receitas perdidas e cadeias de suprimentos interrompidas. Alguns países têm realizado restrições em resposta à pandemia e, como resultado da interrupção das atividades de trabalhadores, muitos países não conseguiram produzir e distribuir produtos essenciais. A pandemia da Covid-19 também afetou a volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities em todo o mundo. Vários governos anunciaram e implementaram medidas para prestar assistência financeira e não financeira às entidades afetadas. Esse cenário tem apresentado desafios às entidades na elaboração de suas demonstrações financeiras de acordo com a normas internacionais de contabilidade (IFRS). Esta publicação fornece um lembrete dos requisitos de divulgação existentes que devem ser considerados ao relatar os efeitos financeiros da pandemia da Covid-19 nas demonstrações financeiras em IFRS. Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de março de 2023, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e em suas demonstrações financeiras. Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios da Companhia - Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, um de seus países vizinhos a sudeste, marcando uma escalada acentuada para um conflito que começou em 2014. Em contrapartida, os Países ocidentais e outros começaram a impor sanções limitadas à Rússia quando reconheceu a independência da região de Donbas. Com o início dos ataques em 24 de fevereiro, muitos países adicionais começaram a aplicar sanções com o objetivo de paralisar a economia russa. As sanções foram amplas, visando indivíduos, bancos, empresas, trocas monetárias, transferências bancárias, exportações e importações. Como resultado a economia global passou a ser afetada pelo conflito, principalmente nos setores de gás e gás natural. Até o presente momento o impacto do conflito é mínimo, tendo em vista que seus principais clientes e fornecedores atuam no mercado nacional. Apesar de toda a repercussão mundial e impactos negativos gerais em vários negócios, até o presente momento a guerra não tenha trazido consequências significativas para o setor sucroalcooleiro, a Administração continua acompanhando sistematicamente os possíveis impactos e monitorando os potenciais efeitos nas cadeias de suprimento, estando preparada para a adoção de medidas caso haja necessidade. 2. Sumário das principais práticas contábeis - 2.1. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores, objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. Para melhor apresentação, a Companhia efetuou determinadas reclassificações em sua demonstração de fluxo de caixa do exercício correspondente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de maio de 2023. 2.2. Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas e instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de resultado. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais (reais) da Companhia usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Ativos e passivos monetários são reconhecidos no resultado. Custos de venda em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. 2.4. Instrumentos financeiros - O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo Recorrente; e (iii) Valor Justo Recorrente Residual. Os critérios para registro por meio de Outros Resultados Abstratos e (iii) Valor Justo Recorrente Residual são registrados por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos: O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contábil o resultado, que seja atribuída a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. 2.4.1. Mensuração - Os ativos e passivos financeiros são mensurados em valores padronizados. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo, no ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: • Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; • Menos as amortizações de principal; e • Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de longo prazo são reconhecidos quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e cooperativa, adiantamento a fornecedores. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e parcerias agrícolas e partes relacionadas. A Companhia não possui transações de Hedge Accounting em 31 de março de 2023 e 2022. 2.4.2. Outros passivos financeiros - Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. 2.4.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito para todos os instrumentos de dívida que não são mantidos pelo valor justo por meio do resultado. As provisões baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados a uma taxa efetiva da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados são calculados sobre a base da venda de garantias mantidas ou outros melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A "provisão para perdas de crédito esperado", é constituída em montante considerado suficiente pela Diretoria para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração a avaliação do risco associado a operações e os títulos vendidos pela companhia, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for líquido duvidoso. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não está capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. 2.4.8. Adiantamento a fornecedores - Os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais, cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas são demonstrados ao custo. Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar são alocados aos estoques e serão convertidos em matéria-prima quando do recebimento de cana-de-açúcar na safra seguinte. 2.4.9. Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.4.10. Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). 2.5. Estoques - Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, custos diretos, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. 2.6. Depósitos judiciais - Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. 2.7. Imobilizado - O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, levando em conta a segregação entre os gastos de capital e gastos do período, conforme facultado pela Lei nº 11.639/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, quando a depreciação é calculada pelo método linear de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. 2.8. Arrendamentos - A Companhia, a partir de 1º de abril de 2019, adotou o CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso foi reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A informação comparativa apresentada para 31 de dezembro de 2018 segue o CPC 06 e interpretações relacionadas, seguindo a abordagem retrospectiva modificada e a luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para suas parcerias agrícolas. Seguem os detalhes das mudanças nas políticas contábeis: i) Arrendamento, Definição CPC 06 (IFRS 16) - A Companhia adotava a definição de arrendamento conforme ICP 03 (R2) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Agora, de acordo com o CPC 06 (IFRS 16), controlaria arrendamento todo contrato que transfere o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período, mediante um pagamento mínimo garantido. Diante do exposto, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados como arrendamentos, não obstante possuam natureza jurídica diversa. ii) Arrendatária - A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, descontados a partir da taxa de juros dos empréstimos da Umoë Bioenergy S.A. (taxa média ponderada de 9,13% a.a.); e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática, entre em geral) ou cuja vida útil seja inferior a 12 meses, ou ainda aqueles cuja determinação do valor mínimo garantido não pôde ser mensurada com razoável segurança. A depreciação do direito de uso foi registrada como despesa de acordo com a efetiva utilização do ativo. iii) Arrendadora - Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora. Os impactos da adoção da norma estão detalhados na Nota 13. 2.9. Provisões - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se esperam auferir de um contrato sejam menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. 2.10. Benefícios a funcionários - Participação nos lucros e óbitos - O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e ajustado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. 2.11. Reconhecimento de receita - i) Venda de produtos - etanol - As receitas de vendas de etanol auferidas pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986. ii) Venda de produtos - energia elétrica e outros - As receitas decorrentes da venda de produtos - Energia Elétrica ou mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias, quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos aos associados à transação em favor da Companhia. Os preços de venda são fixados com base em ordem de compra ou contratos. Bens ou serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados como receita e o título de outros obrigações e contabilizados como receitas mediante a entrega de bens ou prestação de serviços. 2.12. Operações com cooperativa - As receitas auferidas e as despesas incorridas nas operações por conta de cooperadas e nas atividades de apoio e administração efetuadas pela cooperativa, são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986. 2.13. Receitas financeiras e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. 2.14. Aspectos ambientais - As instalações operadas pela Companhia e suas atividades operacionais são ambas sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e sistemas. 2.15. Classifica-					

Demonstrações dos fluxos de caixa		
	31/03/2023	31/03/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Fluxo antes do IR e da contribuição social	116.184	110.995
Ajustes		
Provisão reversão	30.144	31.742
Amortização planta portadora	70.860	65.390
Amortização gastos de entressafra	46.642	40.357
Colheita de cana-de-açúcar	81.526	111.203
Amortização de direito de uso	102.109	83.851
Variação no valor justo do ativo biológico	(2.163)	(16.570)
Juros e variações sobre partes relacionadas	7.282	(6.232)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	7.201	13.758
Juros sobre adiantamentos de contratos	7.202	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	12.032	(11.172)
Ajuste a valor presente	5.110	3.878
Provisão (reversão) para perdas em adiantamentos	(7.718)	(6.655)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	3.963	1.926
Provisão para perdas de créditos esperadas	(5)	(61)
Resultado na alienação de imobilizado	(29.891)	237
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(31.426)	16.261
Estoque e adiantamentos a fornecedores	30.582	(25.278)
Tributos a recuperar	(10.491)	(5.834)
Depósitos judiciais	(1.440)	(543)
Outros ativos	8	364
Fornecedores	(11.838)	935
Salários e encargos sociais	(5.338)	(5.694)
Tributos a recolher	(10.875)	(6.865)
Outros passivos	(178)	85
Dividendos recebidos	7.883	972
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(12.078)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(15.297)	(14.433)
Juros pagos - partes relacionadas	(20.191)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	381.763	370.196
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(27.951)	(24.944)
Aquisições bens ativo imobilizado (planta portadora)	(120.202)	(80.309)
Aumento de investimento em coligada	(8.500)	(6.349)
Adições ao ativo biológico (tratos culturais)	(105.639)	(76.877)
Adições de gastos com manutenções de entressafra	(49.503)	(40.659)
Recebimento pela venda de bens do ativo imobilizado	33.958	1.151
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(277.873)	(227.987)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de arrendamentos	(107.219)	(87.229)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
- Partes relacionadas	(1.513)	-
Amortização empréstimos/financiamentos - Bancos	(21.600)	(48.294)
Amortização empréstimos/financiamentos - Cooperativa	(30.000)	(93.283)
Captações de empréstimos/financiamentos - Bancos	21.784	

	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Adiantamento em andamento a Fornecedores	Obras em andamento	Gastos com manutenção de planta portadora de entressafra	Total
12. Imobilizado					
Em 31 de março de 2021					
Saldo inicial	12.868	20.778	144.003	37.035	177.506
Aquisições	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Depreciação	(569)	(15.150)	(10.864)	(5.159)	(36.642)
Em 31 de março de 2022	12.868	20.209	130.812	37.607	192.425
Custo total	12.868	31.669	315.011	95.467	261.955
Depreciação acumulada	(11.400)	(10.460)	(84.199)	(57.860)	(204.919)
Saldo contábil, líquido	1.468	21.209	230.812	37.607	261.036
Em 31 de março de 2023	12.868	20.209	130.812	37.607	192.425
Saldo inicial	12.868	20.209	130.812	37.607	192.425
Aquisições	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Depreciação	(571)	(12.669)	(10.536)	(4.368)	(23.144)
Em 31 de março de 2023	11.895	19.955	122.644	32.789	186.683
Custo total	11.895	31.986	321.498	92.175	267.554
Depreciação acumulada	(12.031)	(198.854)	(99.386)	(57.665)	(268.336)
Saldo contábil, líquido	11.895	19.955	122.644	32.789	186.683
Taxas anuais médias de depreciação - %	1,66 a 10%	4 a 20%	10 a 25%	4 a 20%	20%

	Parceria agrícola	Arrendamentos agrícolas	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total do ativo de direito de uso
13. Direito de uso de ativos e Arrendamentos e Parcerias Agrícolas					
Direito de uso de ativos:					
Saldo em 31 de março de 2021	198.504	97.966	247	1.715	302.202
Saldo inicial	198.504	97.966	247	1.715	302.202
Adição por novos contratos	22.982	312	-	-	23.294
Renovação	167.119	60.071	-	-	227.190
Amortização	(66.812)	(15.229)	(78)	(594)	(83.813)
Saldo em 31 de março de 2022	321.993	143.120	169	1.121	466.835
Saldo inicial	321.993	143.120	169	1.121	466.835
Adição por novos contratos	29.943	4.682	-	-	34.625
Renovação	110.732	23.744	61	525	135.062
Amortização	(80.921)	(17.819)	(78)	(859)	(102.109)
Saldo em 31 de março de 2023	381.747	153.727	152	1.545	537.171
Arrendamentos e Parcerias Agrícolas					
Saldo em 31 de março de 2021	449.063	247	23.667	146.861	278.535
Saldo inicial	449.063	247	23.667	146.861	278.535
Compensação de adiantamentos	-	-	-	-	-
Adição por novos contratos	35.916	-	-	-	35.916
Renovação	286.593	-	-	-	286.593
Pagamentos efetuados	(87.729)	-	-	-	(87.729)
Apropriação de encargos financeiros	-	-	-	3.878	3.878
Saldo em 31 de março de 2022	683.843	247	23.667	146.861	454.577
Saldo inicial	683.843	247	23.667	146.861	454.577
Compensação de adiantamentos	-	-	-	-	-
Adição por novos contratos	56.563	-	-	-	56.563
Renovação	413.897	-	-	-	413.897
Pagamentos efetuados	(107.219)	-	-	-	(107.219)
Apropriação de encargos financeiros	-	-	-	5.110	5.110
Saldo em 31 de março de 2023	1.047.084	247	23.667	146.861	1.217.839
Saldo contábil, líquido	1.047.084	247	23.667	146.861	1.217.839

	Saldo de adiantamentos efetuados	Ajuste a valor presente	Total do passivo de arrendamentos e parcerias agrícolas
Saldo em 31 de março de 2021	247	1.715	1.962
Saldo inicial	247	1.715	1.962
Adição por novos contratos	-	-	-
Renovação	-	-	-
Pagamentos efetuados	-	-	-
Apropriação de encargos financeiros	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	247	1.715	1.962
Saldo inicial	247	1.715	1.962
Compensação de adiantamentos	-	-	-
Adição por novos contratos	56.563	-	56.563
Renovação	413.897	-	413.897
Pagamentos efetuados	(107.219)	-	(107.219)
Apropriação de encargos financeiros	-	5.110	5.110
Saldo em 31 de março de 2023	1.047.084	5.110	1.052.194
Saldo contábil, líquido	1.047.084	5.110	1.052.194

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas registrados no passivo não circulante tem a seguinte composição de vencimento:

	31/03/2023
De 01/04/2024 a 31/03/2025	69.311
De 01/04/2025 a 31/03/2026	59.702
De 01/04/2026 a 31/03/2027	50.751
De 01/04/2027 a 31/03/2028	43.652
De 01/04/2028 a 31/03/2029	35.996
De 01/04/2029 a 31/03/2030	28.675
A partir de 01/04/2030	136.101
Total	424.188

14. Imposto de renda e contribuição social
a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - Em 31 de março de 2023, a Companhia possui prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social no montante de R\$ 1.065.870 e R\$ 1.078.611, respectivamente em 31 de março de 2022. R\$ 1.046.986 e R\$ 1.047.053, respectivamente. A Administração não registra os saldos de diferidos ativos e passivos, decorrentes a prejuízo fiscal, bases negativas e diferenças temporárias, visto que estes não atendem completamente às prerrogativas do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, para o seu reconhecimento.

	31/03/2023	31/03/2022
b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social		
Lucro antes do IR e da contribuição social	116.184	110.995
IR e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	(39.503)	(37.738)
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Juros sobre capital próprio - JCP	-	3.001
Outras diferenças permanentes	9.521	4.454
Imposto diferido sobre diferenças temporárias não constituído	40.711	28.521
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(10.729)	(8.990)
Utilização de Prejuízo Fiscal - Portaria PGFN nº 8.798/2022 (2)	12.873	-
Despesa de IR e contribuição social - corrente	-	(10.759)
Despesa de IR e contribuição social - diferido	12.873	-

(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia, o qual não é registrado em virtude de não atendimento completo das prerrogativas do CPC 32.
(2) Utilização de Prejuízo Fiscal para abatimento de parcelamentos no âmbito da PGFN, conforme previsão legal na Portaria PGFN nº 7.993/2022.

	31/03/2023	31/03/2022
15. Fornecedores		
Equipamentos, materiais e serviços	39.777	51.818
Canas-de-açúcar	4.331	4.128
Circulante	44.108	55.946
Não circulante	655	2.546
Total	44.763	58.492

	31/03/2023	31/03/2022
16. Empréstimos e financiamentos		
Encargos financeiros incidentes		
Capital de Giro	1.402	12.886
Capital de Giro	1.402	12.886
Finame	101.969	81.676
Finame Leasing	10.129	15.512
Circulante	113.498	110.074
Não circulante	13.046	31.468
Total	126.544	141.542

	31/03/2023	31/03/2022
17. Tributos a receber		
Tributos parcelados (i)	9.324	32.563
Imposto de renda retido na fonte	7.716	8.916
INSS	2.520	1.914
Impostos sobre serviços - ISS	178	113
Outros	47	27
Circulante	19.785	43.533
Não circulante	9.432	29.321
Total	29.217	72.854

	31/03/2023	31/03/2022
18. Adiantamentos de contratos		
Ordenados e salários	1.806	1.289
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	1.152	1.011
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	25	21
Contribuições sindicais	17	14
Provisão para férias	5.263	3.977
Provisão para 13º salário	1.088	809
Acordos em processos trabalhistas (i)	5.746	13.315
Circulante	13.869	15.593
Não circulante	15.098	20.436
Total	28.967	36.029

	31/03/2023	31/03/2022
19. Salários e encargos sociais		
Ordenados e salários	1.806	1.289
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	1.152	1.011
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	25	21
Contribuições sindicais	17	14
Provisão para férias	5.263	3.977
Provisão para 13º salário	1.088	809
Acordos em processos trabalhistas (i)	5.746	13.315
Circulante	13.869	15.593
Não circulante	15.098	20.436
Total	28.967	36.029

	31/03/2023	31/03/2022
20. Partes relacionadas		
GRUPPEN AS de R\$153.222 (R\$167.644 em março de 2022) referem-se a recursos recebidos para investimento em ativos biológicos e cobertura de capital de giro. A partir do exercício iniciado em abril de 2021 um dos contratos de mútuo entre a Companhia e sua controladora está sujeito a encargos financeiros apurados pela variação do certificado de depósito interbancário (CDI) somado ao spread de 1% ao ano incidido sobre o saldo devedor.		
Gustavo Di Serio Dias - CEO		
Moacir Ventura Filho - Gerente Administrativo e Financeiro		
Carla Caroline Fernandes Clivatti - Contador CRC nº SP-323.269/0-8		

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

O segundo contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora não está sujeito a encargos financeiros, em função da controladora ser detentora direta de 100% do capital social da Companhia. A movimentação do ano está demonstrada a seguir:

	31/03/2023	31/03/2022
Saldo inicial	110.397	57.247
Contrato 1º	57.247	167.644
Contrato 2º	-	-
Total	110.397	224.888
Con-trato 1º	110.397	103.196
Con-trato 2º	-	70.680
Total	110.397	173.876

21. Provisão para contingências - A Companhia tem processos judiciais, de natureza trabalhista, cível, fiscal e tributária decorrente do curso normal de suas atividades. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e outras evidências, constituiu provisão para aqueles processos, cujo desfecho é estimado como desfavorável à Companhia e cujo montante possa ser estimado com razoável segurança. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava as seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	31/03/2023	31/03/2022
Depósitos Judiciais	3.508	2.489
Provisões para contingências	422	16.082
Total	3.930	18.571

A movimentação da provisão para demandas judiciais com risco de perda "provável", em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022, está assim representada:

	31/03/2023	31/03/2022
Contingências trabalhistas e previdenciárias	3.508	2.489
Contingências cíveis	422	457
Contingências ambientais e tributárias	170	171
Total	4.100	2.660

Saldo em 31/03/2021
Adições: 3.369, Reversões: (1.443), Saldo em 31/03/2022: 15.322, Adições: 1.978, Reversões: (1.218), Saldo em 31/03/2023: 16.082.

Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem principalmente em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões; **Ações cíveis:** as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos; **Ambientais:** estão relacionadas com autos de infrações ambientais que estão sendo discutidos judicialmente; **Fiscais:** relacionadas a autos de infrações associados a falta de destaque de créditos tributários sobre transferências entre unidades. As contingências classificadas com probabilidade de perda como possível estimadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia são de R\$ 191 em 31 de março de 2023 (R\$ 917 em 31 de março de 2022), correspondendo a processos trabalhistas. **Julgamento STF - "Quebra" de decisões judiciais definitivas** - Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

22. Patrimônio líquido - Capital social - Em 31 de março de 2023 e 2022, o capital social é de R\$ 251.035.501 e está dividido em 25.103.550,117 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 17 de junho de 2021, foi aprovada a redução voluntária de capital social mediante absorção de prejuízos acumulados no montante total de R\$ 1.128.628, cancelando as ações correspondentes à redução de capital ora efetuada. **Reserva de Reserva legal** - Constituída com a destinação de lucro líquido no montante de 5%, limitada a 20% do capital social e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital. Em 31 de março de 2023 a Companhia constitui reserva de R\$ 6.453. Em 31 de março de 2022, o valor da reserva legal constituída foi de R\$ 5.012. **Reserva de lucros** - Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e tem a finalidade de capitalização da Companhia para futuras destinações. **Distribuição de dividendos** - Conforme estatuto social a Companhia é obrigada a distribuir dividendos mínimos obrigatórios de 0,001% do lucro apurado em cada exercício. Conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2022 foi aprovada a antecipação de dividendos no valor de R\$ 10.000, sendo referentes ao total dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais. (R\$ 12.498 no exercício findo em 31 de março de 2022). **Juros sobre capital próprio** - No exercício findo em 31 de março de 2023 não ocorreram pagamentos de juros sobre capital próprio (R\$ 8.826 em 31 de março de 2022).

	31/03/2023	31/03/2022
23. Receita operacional líquida	559.859	597.203
Mercado interno	52.959	29.266
Mercado externo	(47.769)	(70.809)
Tributos sobre vendas	565.049	555.620
Receita operacional líquida	559.859	597.203

	31/03/2023	31/03/2022
24. Abertura dos custos e despesas por natureza		